

----- REUNIÃO DE CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALVALADE INICIADA NO DIA QUINZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS -----

----- **ATA NÚMERO QUINZE** -----

----- (Mandato 2021-2025) -----

----- Aos cinco dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e três reuniu, no Auditório sito na Rua Conde de Arnoso número cinco-B, Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, sob a presidência do seu Presidente, José Luis de Rezende Moreira da Silva, coadjuvado por Teresa Alexandra de Campos Aguiar Gameiro, Primeira Secretária.-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS)** – José Pedro Pires Ferreira, Rita Amélia de Freitas Cavaleiro Madeira, Susana Marina Soares Paulo, David Filipe dos Santos Pinto, Vanessa Ferreira Magalhães Rebelo de Sousa e António Diogo Carvalho Gongó Carvalheda. -----

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – Miguel Ângelo Ribeiro Henriques, Ana Raquel da Silva Vidreiro Nogueira Pelicano e Noélia do Carmo Sezões Gafanha. -----

----- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP)** – Filipe Bento Damasceno Monteiro Moreno e Paulo Carrapatoso Bordalo Amado. -----

----- **Da Coligação Democrática Unitária (CDU)** – Sérgio Machado Morais de Oliveira e Frederico Jorge de Passos e Castro Fernandes Lira. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – André Rui Dantas de Carvalho.-----

----- **Da Iniciativa Liberal (IL)** - Manuel Aires de Matos Almeida dos Santos. -----

----- **Do Movimento “Mudar Alvalade” (MMA)** – Teresa Margarida Lucas Claro Antunes Ferreira. -----

----- **Do Partido “Chega” (Chega)** - José Augusto Vaz.-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros:-----

----- Maria Regina da Costa Moreira Lagoá de Araújo Santos, que justificou a sua ausência e foi substituída por Noélia Gafanha. -----

----- Carlos Roque do Rosário Rêgo, que justificou a sua ausência e foi substituído por Paulo Amado.-----

----- Margarida Alexandre do Nascimento Afonso, que justificou a sua ausência e foi substituída por David Pinto. -----

----- José Alberto da Conceição Reis, que justificou a sua ausência e foi substituído por Vanessa de Sousa.-----

----- Mário Joaquim Gomes Branco, que justificou a sua ausência e foi substituído por António Carvalheda.-----

----- Nuno Manuel Pires Caiola Marçal Lopes, que justificou a sua ausência e foi substituído por Teresa Ferreira. -----

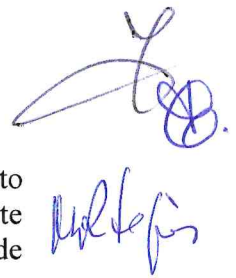
----- José Leonardo Baptista Rodrigues, que justificou a sua ausência e foi substituído por André de Carvalho. -----

----- Às vinte e uma horas e dez minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião, dando continuidade ao -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Ponto 2 – Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, prevista na alínea e) do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;**-----

----- Tendo pedido a palavra, foi a mesma concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Senhor Presidente da Junta. -----



----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a informação escrita era o cumprimento de uma obrigação das Juntas de Freguesia à Assembleia. Estava suficientemente detalhada, porque era elaborada também diretamente pelos serviços técnicos da Junta de Freguesia. -----

----- Queria só destacar alguns pontos que refletiam as prioridades da Junta de Freguesia e, embora não tivesse estado presente por questões de incapacidade física, tinha acompanhado a discussão do Orçamento e do Plano de Atividades. -----

----- Acreditava numa ideia e num conceito, até defendida por uma Deputada dos tempos históricos do PS, que era já um património de todos, uma personalidade daquelas que Camões referia como *aquelas que da lei da morte se libertaram*, Sophia de Mello Breyner. Disse, de uma forma muito assertiva, e por isso fazia, se calhar, pretensiosamente, suas as palavras dela, que *não era a cultura um capítulo da política, era precisamente o contrário*. -----

----- Porque acreditava nisso e porque tinha a obrigação de aprender com os outros e de refletir sobre essas matérias, considerava que qualquer investimento das entidades públicas na cultura era o mesmo que investir nos conhecimentos e no aprofundamento dos valores da sociedade e da civilização. Ferramentas que considerava essenciais para o exercício de uma cidadania plena, exigente e crítica. -----

----- Não era por acaso que, mesmo em relação aos ditos países em desenvolvimento, as recomendações da UNESCO e da ONU nessa matéria, muitas vezes invocada pela esquerda em Portugal, de necessidade de investimento de, pelo menos, 1% do PIB do Estado, de todos e das autarquias, estava escrito na declaração da UNESCO, devia ser assegurado para promover o verdadeiro desenvolvimento da sociedade. -----

----- Ficava admirado de questionarem investimentos na cultura, como se fosse mais uma vez algo residual que não tivesse importância nenhuma e pudesse ser comparado com outros setores. -----

----- Nesse contexto, continuariam a encarar e a assumir o acesso à cultura e ao conhecimento como tarefas fundamentais que qualquer agente político devia promover. Nesse sentido, na informação escrita estavam também refletidos esses objetivos, essa estratégia. Aliás, era um compromisso, e para si os compromissos eram para cumprir, do Executivo que foi eleito pelos cidadãos de Alvalade, de acordo com o programa que foi apresentado aos eleitores em Alvalade. -----

----- Eram retratadas as atividades que a Junta de Freguesia, por iniciativa ou por apoio de outras entidades, foi desenvolvendo, de forma a promover o maior acesso a factos e eventos culturais, à fruição cultural, ao enriquecimento da vida e do dia a dia de todos, porque a cultura não era um bem renunciável e sim uma necessidade de uma sociedade civilizada. -----

----- Cabia ainda referir outro setor fundamental, muitas vezes articulado e complementar até do acesso ao conhecimento, e que era a educação, numa perspetiva dentro das competências legais que à Junta de Freguesia cabiam, de promover uma escola de futuro, destinada essencialmente às camadas mais jovens, escolas do ensino básico. -----

----- Nesse sentido, gostaria de destacar o investimento que tinha sido feito e o lançamento, já em desenvolvimento nas escolas, de dois novos projetos que refletiam precisamente essa estratégia, sendo até de certa forma Alvalade pioneira enquanto primeira Freguesia a criar essas atividades, nomeadamente o ensino da robótica e as aulas em ambiente laboratorial, nos domínios da ciência experimental, no campo da disciplina de estudo do meio. -----

----- Começavam no primeiro ciclo, logo a partir do segundo ano. A robótica só a partir do quarto ano, porque requeria conhecimentos de disciplinas básicas, nomeadamente



aritmética e outros conceitos, para que os alunos pudessem depois compreender e desenvolver com maior conhecimento essas atividades. -----

----- Esta informação escrita refletia ainda algumas preocupações que decorriam da estratégia da Freguesia nas áreas dos direitos sociais, incluindo aí também a saúde e a importância do apoio à saúde, em particular da população mais idosa, e também refletia a preparação de uma relação de cooperação permanente e regular com a Cruz Vermelha e outras instituições no domínio da saúde. Mas esta era a que estava mais avançada e aquela que ia ser já estabelecida e desenvolvida.-----

----- Houve várias visitas técnicas, até dos técnicos da Cruz Vermelha, para escolha do local adequado, do ponto de vista técnico, para corresponder à Lei. Para que pudessem instalar um gabinete de apoio aos cidadãos na área da saúde. Portanto, era também um dos setores que a Junta de Freguesia se comprometeu, assim como as reuniões com a Misericórdia, no sentido de criar condições para se formarem técnicos que dessem resposta às necessidades permanentes das pessoas que estavam mais isoladas e para combater o isolamento e dar resposta às necessidades do dia a dia. Para um acompanhamento permanente dessas pessoas. -----

----- A Junta de Freguesia não se substituía, nem tinha esse perfil, às instituições que já existiam, mas em colaboração com as IPSS e as outras instituições que na Freguesia de Alvalade iam desenvolvendo um trabalho meritório, que devia ser reconhecido e que devia ser apoiado. -----

----- No domínio da comunicação com os cidadãos, refletia também os trabalhos que estavam a ser desenvolvidos para cumprir o compromisso que assumiram de promover e fornecer uma informação mais clara, mais fácil de entendimento, nomeadamente na reorganização do site e toda a informação a publicar pela Junta de Freguesia, que traduzisse os trabalhos e as atividades e as decisões que ela tinha de tomar. Portanto, estando já a ser finalizado e a prepararem-se as alterações necessárias, do ponto de vista técnico, para a reestruturação do site e por isso, havia uma relação com especialistas na área da comunicação e também para ajudar a estabelecer essa relação mais transparente e mais dinâmica e também interativa, dando respostas diretas aos cidadãos, sempre que fosse questionado de uma forma atempada, sem prejuízo, às vezes, da necessidade de consultas técnicas e realização de auscultação a outras entidades. -----

----- Refletia também os investimentos que foram feitos na promoção do desporto e algumas matérias que foram do domínio público e que refletiam preocupações dos cidadãos, que não só a Junta de Freguesia, mas cabia a responsabilidade da Junta de Freguesia promover a resolução desses problemas, designadamente no que dizia respeito às consequências do incêndio que ocorreu no Clube dos Coruchéus, como todas as pessoas sabiam. Nesse sentido, a Junta de Freguesia já começou também durante esse período e já estava em fase muito próxima de execução no terreno, o inquérito à população, dirigido por uma académica especialista nesta matéria. Portanto, para que as decisões que a Junta de Freguesia viesse a tomar ou a Câmara Municipal de Lisboa, porque esta era o proprietário titular do equipamento que lá estava. À Junta de Freguesia cabia o papel de gerir e de administrar ou delegar, como foi o caso, transferir essa administração e gestão a outras entidades. Antes de tomar uma decisão sobre a matéria, salvaguardando em particular as necessidades de interesse público das instituições que já lá estavam, nomeadamente no domínio do desporto, nomeadamente na prossecução dos objetivos e do objeto da Associação Seniores de Lisboa, para que encontrassem uma forma digna, condições melhores para funcionar no futuro.-----

----- Como era um compromisso também dos “Novos Tempos”, o primeiro passo seria ouvir os cidadãos e as suas opiniões, para que a decisão encontrasse uma posição que

desse resposta aos anseios legítimos dos cidadãos que ali viviam e que tinham uma palavra a dizer quanto ao futuro daquele espaço. -----

----- No domínio da higiene urbana, refletia também ainda o resultado de reuniões com vários sindicatos. A Junta de Freguesia de Alvalade tomou a decisão de atribuir o nível mais alto do subsídio de insalubridade, com os retroativos a janeiro de 2021. Continuou a desenvolver, e concluiu, o processo de regularização do pessoal, terminando o processo de avaliação de quatro trabalhadores que estavam em estágio e agora seriam integrados com vínculo definitivo no quadro da higiene urbana, de forma a dar estabilidade aos funcionários desse setor. -----

----- No domínio ainda da cultura e do conhecimento, desenvolveram-se alguns procedimentos que estavam em fase de se promover a assinatura com algumas instituições da Freguesia, e nomeadamente com o Museu da Cidade, o Palácio Pimenta, situado no território da Freguesia, para estabelecer uma relação permanente e regular e profícua de desenvolvimento de atividades culturais entre a Junta de Freguesia e as outras instituições da Freguesia. Esse museu pertencia à Câmara Municipal, em particular sob a gestão da EGEAC. -----

----- Também com a Universidade de Lisboa, estavam em fase de marcar uma reunião definitiva, com propostas concretas, para estabelecimento de um protocolo de relação permanente, também nesses domínios, nomeadamente no que se referia à promoção de parcerias entre essa instituição e a Junta de Freguesia para atividades de natureza cultural e científica, nomeadamente exposições, concertos, palestras, colóquios. Todas as matérias que pudessem interessar e que tivessem interesse público e que pudessem ser de interesse, quer da Junta de Freguesia, quer da própria Universidade de Lisboa. ---

----- Iriam aprofundar e manter os protocolos com outras instituições que tinham revelado respostas que consideravam positivas para melhorar a qualidade da oferta cultural e artística de Alvalade, nomeadamente a Cistermúsica e com as instituições sediadas no território da freguesia que desenvolviam projetos de produção artística e cultural. -----

----- Para além das matérias que estavam ali refletidas e que estava obrigado, e sem favor, a responder a todas as questões, não lhe parecia que fosse necessário destacar mais nenhuma atividade, porque decorriam algumas delas das obrigações legais que estavam previstas na Lei que as Freguesias deviam desenvolver. -----

----- Tendo pedido a palavra, foi a mesma concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Membro José Ferreira. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que visto não ter havido hipótese de aditar à ordem de trabalhos a questão da alteração orçamental, que, mediante a pressão do PS, foi aprovada no passado dia 22, referir que, de facto, o Executivo fez essa alteração orçamental, reforçando as transferências correntes da cultura em 82 mil euros, do desporto e educação em 42 mil euros e dos direitos sociais em 25 mil, fazendo um total de 150 mil euros, que tinham sido retirados em relação ao Orçamento do ano anterior. Graças a essa pressão do PS, conseguiu-se manter. -----

----- De todo o modo, havia ainda algum desequilíbrio tendo em conta o passado: desporto e educação tinham bastante menos. Apesar de ter sido reforçado, ainda assim tinham menos do que no ano anterior. -----

----- Tinha uma pergunta sobre o edifício dos Coruchéus, mas o Senhor Presidente já respondeu. -----

----- Tendo pedido a palavra, foi a mesma concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Membro Teresa Ferreira. -----



----- **Membro Teresa Ferreira (MMA)** disse que no seguimento da apresentação da informação escrita houve vários pontos que suscitaram questões e que passava a enumerar, tendo em conta as diversas rubricas. -----

----- Na reunião havida no dia 11 de novembro com a direção municipal de mobilidade, questionava se foram discutidos os pontos apresentados na reunião descentralizada, os quais se enquadravam nessa temática e visavam beneficiar todos os fregueses, nomeadamente a introdução de medidas redutoras de velocidade na Rua Dom Rodrigo da Cunha, a criação da passadeira na avenida Rio de Janeiro, em frente ao mercado e a alteração da entrada na escola Eugénio dos Santos. -----

----- Relativamente à rubrica “*aprovação da decisão de contratar*”, tinha a referir que o custo da realização da revista de Alvalade no ano 2022 ascendeu quase a 40 mil euros, sendo que para o ano de 2023 estava previsto cerca de 55 mil euros. Eram da opinião de que o número de exemplares impressos, bem como a forma de distribuição, devia ser revista, pois o custo era elevado face ao benefício que daí advinha. Sabiam que o objetivo da impressão de tantos exemplares era para que chegasse a todos os fregueses, indiscriminadamente. No entanto, nem sempre essa distribuição ocorria e, possivelmente, muitas vezes, a publicação não despertava o interesse a quem ela tinha acesso. -----

----- Eram da opinião que a mesma devia ser colocada à disposição de todos, em locais de grande circulação ou afluência da Freguesia, tais como quiosques, papelarias, cafés, pastelarias, cabeleireiros, entre outros, ou seja, em locais onde o público tivesse fácil acesso e, se assim o pretendesse, levantar sem qualquer custo, ou em locais onde o público-alvo permanecia algum tempo e que pudesse consultar. -----

----- Ainda na presente temática, questionava quem era a entidade responsável pela distribuição da revista por todos os domicílios e instituições da Freguesia, conforme indicado na página 20 da apresentação da informação escrita, dado que a mesma não estava a ser corretamente distribuída. Por isso, deveria ser um ponto a ser avaliado. -----

----- Ainda no âmbito da mesma rubrica, solicitava esclarecimentos sobre o processo número 97, referente à aquisição de serviços de estudos sobre a segurança na Freguesia, nomeadamente no que dizia respeito à sua premência, objetividade, custo e benefício, pois deviam considerar que o território, em termos de segurança, devia ser encarado como um todo e não apenas como uma Freguesia, pois não existiam barreiras entre Freguesias para os delinquentes circular ou agir. -----

----- Eram também da opinião de que este tipo de documentos devia ser elaborado a nível municipal e não a nível da Freguesia, como ali foi adjudicado. Já não falando na desproporcionalidade do valor face ao tempo de realização admitido no concurso lançado e, já agora, pediam uma cópia do referido estudo, dado que, à data e de acordo com os prazos contratualizados, o mesmo já se encontraria concluído. -----

----- No que diz respeito ao acompanhamento jurídico da execução de contratos públicos, o Senhor Presidente desculpasse, mas apesar de ter uma licenciatura, não conseguia atingir o objetivo da aquisição de serviços de apoio aos Membros do Executivo indicados no processo 68. -----

----- Quando se tratava de um ajuste directo, um caderno de encargos de três páginas, em que não se vislumbrava o objeto da pretensão, quanto mais a sua pertinência. Para que os restantes Vogais da Junta percebessem, estavam a falar de uma empresa constituída em julho de 2022, com contrato lançado em setembro, uma empresa com capital social de 250 euros e um objeto social de uma escola a quem parecia ter sido contratado um serviço de consultoria, cujo único sócio e gerente era o mesmo a quem foi contratado um estudo de segurança. Assim ficava a dúvida, Francisco Luiz Ferreira Bento era especialista em segurança ou educação? -----

----- No que diz respeito a processos judiciais tramitados, questionava se a aplicação de uma sanção contratual por atrasos na entrega da obra de requalificação e reabilitação do complexo desportivo São João de Brito, e dado que o tribunal suspendeu a instância por um período de 30 dias, os quais já se encontravam decorridos, qual o ponto de situação e se efetivamente chegaram a acordo ou não. -----

----- No que diz respeito a recursos humanos e por forma a ultrapassar situações deficitárias ao nível dos auxiliares do primeiro ciclo, voltavam a reforçar que defendiam a contratação de dois auxiliares a tempo inteiro para fazer face a emergências diárias das escolas da Freguesia e, assim, minimizar os transtornos familiares que essas situações provocavam. -----

----- No que diz respeito ao espaço público e equipamentos, defendiam que a Junta de Freguesia deveria pressionar a Câmara Municipal de Lisboa para terminar as intervenções necessárias no parque infantil e espaços verdes da escola do Bairro de São Miguel, por forma a que esse equipamento e espaço estivesse em total condição para ser utilizado pelas crianças. Não fazia sentido a existência de um equipamento desse género no interior de uma escola continuar vedado e impedida sua utilização. -----

----- Questionavam o momento agendado para pintura de sinalização vertical próximo das escolas ter ocorrido no primeiro dia de aulas, o que não parecia de todo adequado. Deviam deixar isso unicamente para vésperas de eleições. -----

----- Um aspecto que todos, com certeza, tinham noção, que recorrentemente encontrava-se gelo a derreter junto ao cais de descarga do Mercado de Alvalade, situação que causava mau aspeto e odores. Essa situação denotava que a fiscalização não estava a funcionar corretamente, pelo que solicitava à Junta de Freguesia que tomasse providências para acabar com essa situação. -----

----- No que diz respeito à gestão operacional, solicitavam que fossem informados atempadamente todos os fregueses sobre o corte de vias, constrangimentos, alterações à circulação rodoviária e duração prevista, aquando da realização de eventos, tais como corridas realizadas na Freguesia. -----

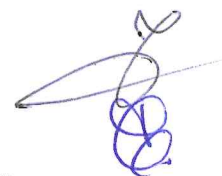
----- Na rubrica “*melhoria das instalações*”, era incompreensível como uma obra de 1,4 milhões de euros, realizada há muito pouco tempo no quartel dos bombeiros de Alvalade, permitiu que este continuasse com problemas de operacionalidade graves, nomeadamente que esse equipamento não ficasse dotado de gás na cozinha, impedindo assim que o refeitório funcionasse e que os bombeiros almoçassem no quartel. Bem como problemas com abastecimento de água ao quartel. Solicitavam que o Executivo intercedesse junto da Câmara Municipal para que essa situação fosse resolvida o mais brevemente possível. -----

----- Na última rubrica de situação financeira de 1 de janeiro de 2022 a 31 de outubro, questionava-se no que dizia respeito ao diferencial de cerca de 26 mil euros indicado no quadro da receita, rubrica 7, venda de bens e serviços, da página 49 da informação escrita. Não se percebia de onde vinha este acréscimo de valor. -----

----- Os últimos dois pontos que tinha para apresentar diziam respeito ao documento da auditoria realizada às contas do mandato anterior. Solicitava que este fosse fornecido e questionava também quando as comissões aqui criadas passavam do mero papel para uma versão efetiva, pois só assim poderiam defender os interesses dos fregueses de Alvalade. -----

----- Tendo pedido a palavra, foi a mesma concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Membro Frederico Lira. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que tinha algumas questões. Já foi abordado, mas em relação ao incêndio dos Coruchéus, perceber em que situação estava.



MR Lefi

Já tinham tocado neste aspeto na última reunião, mas saber um pouco como estava e o que poderiam esperar nos próximos tempos. -----

----- Um ponto que foi tocado e que também merecia a maior atenção, era o estudo sobre segurança. Não se percebiam os critérios e qual o âmbito da segurança que ali se queria abordar. Se fosse num país anglo-saxónico seria mais fácil, teriam *security* ou *safety*, ali segurança podia ser tudo, era segurança de equipamentos, de pessoas, segurança contra quedas de aviões. Era segurança sobre o quê? Não se percebia muito bem. -----

----- Não deixava de ser um contrato avultado para ser entregue em dois meses e gostariam de ver esse estudo, que estaria com certeza já realizado e pronto. Também tinham a pergunta, se quem estava a ser contratado para esse estudo também estaria a ser contratado para outros estudos e perceber melhor porque se decidiu fazer esse estudo agora, que argumentos existiam ou não para ser feito agora, porque o que viam dos dados de segurança criminal, estavam abaixo de 2019, tinham-se mantido mais ou menos constantes e não se percebia a necessidade. Ficava a aguardar pela resposta. -----

----- Discutiu-se um pouco na reunião anterior as assessorias. Se calhar tinham de começar a perceber melhor o que elas eram, a nível de critérios, de âmbito. A dada altura não se percebia bem, ainda por cima pessoas a realizar diferentes funções. Seria uma sub-contratação dessa pessoa? Se era para isso, estariam a pagar honorários em vez de ser a contratação em si. Deixava depois o Senhor Presidente responder. -----

----- Em relação à situação da intempérie, tinham recebido preocupações de vários fregueses, nomeadamente em relação às escolas. Sabiam que havia coisas a ser feitas, não podia ser tudo feito de um dia para o outro, mas queriam tentar perceber, nas situações das escolas de forma geral, nomeadamente na de São João de Brito e noutras, qual o ponto de situação atual, se já estava tudo resolvido e o que seria preciso fazer mais, se a Junta desenvolveria os seus esforços junto das entidades competentes, não sendo a Junta, para que pudessem atuar o mais depressa possível. -----

----- Em relação à Escola Gago Coutinho, pelos vistos havia várias situações preocupantes. A nível do pavilhão interditado, não havia uma data para abrir, estavam no inverno. Gostaria de saber como isso estava, se havia alguma alteração nova. Havia também falta de obras de requalificação já com bastante tempo nessa escola e noutras também, problemas com eletricidade, água a escorrer dos tetos, etc. -----

----- Na Escola Gago Coutinho em particular, havia uma referência bastante relevante em relação à vulnerabilidade sísmica. Sabia que não seria a Junta a fazer essas obras, mas gostaria de saber que diligências estavam a ser realizadas para que uma das sete escolas consideradas de intervenção prioritária tivesse essa intervenção, saber o que iria acontecer por parte da Junta. -----

----- Em relação ainda à intempérie, só tocar no ponto, que até já foi anunciado pelo Presidente da CML, de que iria ser a plantação de duas árvores por cada uma que fosse retirada. Isso já tinha sido acordado e gostavam de ver acontecer e de um envolvimento maior nessa parte da reflorestação, porque de facto havia várias questões a serem abordadas aí. -----

----- Outra coisa que queriam perceber era a nível do Orçamento, do centro interpretativo da biodiversidade de Alvalade. Tinha sido uma proposta da CDU aprovada e pelo que percebiam não estava indicada depois no Orçamento que foi aprovado na sessão anterior da Assembleia. Queria perceber o que estava a ser feito, se caiu essa proposta ou não e quando estaria a ser considerada a sua implementação. -----

----- Ainda sobre os custos da revista, pareciam excessivos, um valor bastante elevado mesmo tendo em conta o aumento do custo de vida. Exatamente por esse aumento do custo de vida, se calhar esse dinheiro devia ser pensado onde teria melhor impacto. A



informação era importante, eram totalmente favoráveis a que existisse comunicação com os fregueses. -----

----- Na última sessão, o Senhor Presidente tinha pedido para ser impresso e circulado por todos um e-mail de um freguês que não podia estar presente, com algumas questões, nomeadamente sobre o estacionamento, sobre os sem-abrigo, etc. Queria saber se já houve resposta da parte da Junta sobre esses pedidos e qual a resposta. -----

----- Uma nota positiva, mas para a qual também gostaria de ter um esclarecimento, sobre o acompanhamento por parte da Junta, era o aumento do valor de participação aos colégios de ensino especial. Foi aprovado, não era revisto desde 2008, teve um aumento à partida substancial, cerca de 511 euros para 651 euros. Provavelmente não chegaria ainda para tudo o que era necessário fazer, mas era um bom aumento e deviam congratular-se por isso. -----

----- A Vogal Ana Rita Costenla também esteve na vigília do Colégio Eduardo Claparede, na altura havia muitas preocupações e bastante pungentes. Queria saber como estava essa situação, como tinha sido o acompanhamento, se o colégio já se encontrava numa situação a salvo. Provavelmente não, mas queria perceber que passos estavam a ser dados. Já tinham tocado nisto numa Assembleia anterior, mas perceber, com essa alteração, o que poderia ser feito. -----

----- Numa nota menos positiva, queria referir o falecimento do António Cartaxo, um amigo e apoiante da CDU. Era residente em Alvalade e membro da comissão de atribuição de medalhas da Junta. A CDU apresentaria um voto de pesar na próxima Assembleia. -----

----- Respondendo de certa forma à intervenção inicial do Senhor Presidente, sem dúvida que 1% para a cultura sempre, apoiavam totalmente. -----

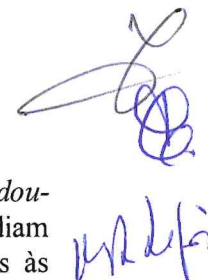
----- Tendo pedido a palavra, foi a mesma concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que começava pelos famosos 150 mil euros propostos pelo PS. Fossem francos, honestos e sérios, não havia um cêntimo diferente do Orçamento aprovado. -----

----- O que se passou e defendia, mas como não era dogmático e o interesse da comunidade prevalecia em relação às suas opiniões, aceitou-se essa alteração porque não houve qualquer prejuízo das propostas da Junta, eram as mesmas, cêntimo a cêntimo. Defendia essa posição, mas para chegar a acordo aceitou-se, sem qualquer dificuldade, alterar, se isso era uma questão de honra. -----

----- No entanto, era uma manipulação, porque a cultura, pelos vistos, no entendimento do PS, era uma espécie de saco de resíduos, onde cabia lá tudo. Era o apoio às coletividades do desporto, apoio às coletividades de ação social, apoio aos passeios, etc. Retomava a expressão de uma Senhora histórica, daquelas que era imortal, "*a cultura não é um capítulo da política*", não era uma coisa qualquer, só pôr um cravo na lapela. A cultura tinha uma política própria e dignidade própria, à cultura o que era da cultura, quando era política que traduzia atividades concretas. Aliás, não era muito difícil perceber, havia um Ministério da Cultura, não era um ministério das coletividades, que apoiava tudo e mais alguma coisa. -----

----- Nessa matéria dos 150 mil euros, podiam até provar, estava escrito e não era nenhuma invenção, não eram opiniões, o que entendia ser mais transparente para os cidadãos era o apoio a coletividades que seguiam outros objetivos, nomeadamente contra o isolamento dos mais idosos, da ação social e outras atividades, não eram essa amálgama de coisas residuais, como se não tivesse importância nenhuma. Era como se fosse o armazém daquilo que sobrou. -----



----- “*Cultura e coletividades*”, uma coisa, um bocadinho 1973, mas pronto, “*albardou-se o burro à vontade do dono*”, como se costumava dizer. Não prejudicava, mas podiam provar de forma clara que não houve uma alteração de um cêntimo aos apoios às atividades das associações que já estavam previstas no Orçamento. Havia era uma inscrição em rubricas diferentes, porque entendiam ser muito mais transparente para que as pessoas identificassem os apoios concretos. -----

----- Até era um pouco paradoxal, criticavam de apoiar muito a cultura, mas com a alteração que fizeram, o apoio à cultura e às coletividades aumentou. Se a opinião pública fosse ler e não tivesse conhecimento dessa especificidade, ia entender que ainda aumentaram mais os apoios à cultura, porque se incluía o tal saco, cabia lá tudo, o tal albergue espanhol, que tudo servia e a cultura tinha uma designação sem importância nenhuma. -----

----- Não concordava, mas como não prejudicava as atividades, nem os apoios às associações, se era essa a grande questão, aceitaram. O Vogal Paulo Doce Moura podia explicar detalhadamente de onde saía a verba que já estava de uma rubrica para a outra, se fosse esse o entendimento. Essas coisas estavam escritas, eram públicas e publicadas, não era difícil perceber, nem valia a pena estar a manipular a opinião pública sobre essa matéria. -----

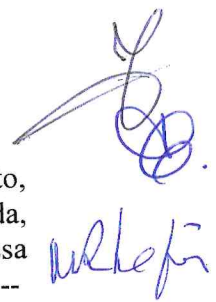
----- Quanto às matérias que tinham a ver com a revista, não havia um único aumento de verbas em relação ao que se praticava no mandato anterior. Era uma revista trimestral, não ia criticar as opções tomadas, era uma opção avaliada politicamente e aceitavam todas as críticas, mas assumiam o risco de prosseguir e continuar a desenvolver a revista. Não era mais um elemento de propaganda dos políticos da Freguesia, era a primeira vez que se cumpria uma Lei e uma Diretiva Comunitária que dava voz a todos os partidos. No passado isso não acontecia. -----

----- Era a primeira vez que se dava expressão e se privilegiava o que acontecia nas instituições e nos cidadãos de Alvalade, sendo a Junta de Freguesia só assumindo responsabilidades e não tendo nenhuma primazia, nem devia ter, mas valorizando tudo o que se passava na Freguesia e em particular as pessoas, as empresas e as instituições, que essas sim eram os grandes motores da qualidade de vida da comunidade e da resposta às principais necessidades da população e que a Junta e os políticos deviam apoiar, mas não substituir. -----

----- O juízo em causa própria era vitupério e não queria correr esse risco, que em termos de qualidade artística e estética e em termos de conteúdos, pelo menos as críticas que tinham recolhido de pessoas muito críticas, havia uma melhoria substantiva, visível, em relação àquilo que se passava nos meios de comunicação próprios, de boletins tradicionais, que a maioria das Freguesias ia praticando e que não achava que fosse um modelo a seguir. Era uma opção, na política assumiam-se opções e corriam-se riscos. ---

----- Tinham um compromisso assumido com as pessoas de Alvalade que votaram, que iriam promover logo que fosse possível, de acordo com a Lei, projetos que reforçavam a segurança, ou pelo menos o sentimento de segurança da comunidade, nomeadamente toda a problemática da adoção de guardas noturnos, de videovigilância e todas as outras formas que pudessem, em colaboração com as autoridades competentes e no respeito estrito da Lei, promover esse objetivo. -----

----- Nesse sentido, achou-se por bem ter um estudo que comparasse essas situações. Não só fizesse um estudo analítico e aprofundado da legislação aplicável e também de outros projetos já desenvolvidos por outras autarquias que pudessem ensinar. Estavam sempre disponíveis para aprender com os outros, que os pudessem ensinar a aplicar melhor essa metodologia. -----



----- O currículo do Francisco Ferreira Bento seria acoplado ao estudo e, portanto, estava seguro e confiante da sua qualidade e a sua competência técnica comprovada, não por si, mas pelas universidades e os institutos superiores que frequentou nessa matéria em particular. -----

----- Quanto ao número de assessores, assumia e repetia com toda a clareza, não eram muitos e eram os suficientes que a Junta de Freguesia entendia e que assumia. Mais, algumas das contratações e das prestações de serviços, até comparando com o passado, era fácil verificar as alterações e a redução substantiva do que acontecia nos mandatos anteriores, designadamente algumas das prestações de serviço que foram inicialmente contratadas, numa fase de instalação e até reconhecia, humildemente, de pouca experiência na gestão de uma Junta de Freguesia, o recurso a algumas contratações que já cessaram e outras iriam cessar. Podiam ser confundidas, mas já cessaram os contratos, por exemplo, no apoio à elaboração do Orçamento e da contabilidade, por exemplo, nos primeiros meses de apoio ao seu gabinete e já havia um conhecimento das necessidades da Junta de Freguesia que podiam dispensá-los. -----

----- Outros consultores, não era por acaso que todas as Freguesias, todos os governos e todas as câmaras precisavam. Podia dar um exemplo, no setor da comunicação da Junta de Freguesia tinham uma pessoa que fazia a revista, a comunicação, os conteúdos do site, etc. Tinham duas, mas uma, porque era tecnicamente muito boa e competente concorreu a concursos públicos e saiu da Junta de Freguesia, estava em causa o desenvolvimento da sua carreira e foi para a administração pública central e ficou o lugar vago. -----

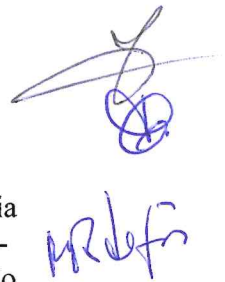
----- Havia matérias que eram diretamente relacionadas com a estratégia política de quem era agente político, não eram meros serviços técnicos. Por exemplo, no domínio do apoio à educação e dos projetos novos, não tinham técnicos em número suficiente, só tinham uma pessoa que dava apoio e a várias atividades. Os projetos que já eram conhecidos, novas iniciativas da articulação entre a educação e cultura, novos projetos como a robótica ou a ciência em laboratório, se não tivessem o apoio de pessoas especializadas... -----

----- Ainda por cima tinham de pensar de uma forma séria, havia serviços e necessidades que decorriam diretamente da estratégia política. Tinham a certeza que em democracia o que funcionava era a alternância, ninguém tinha lugares garantidos, o único juízo era da população e do cidadão eleitor. Quem viesse depois não era obrigado a ter de suportar as escolhas de um Executivo anterior, que eram específicas da estratégia política que foram desenvolvendo. Poderiam legitimamente ter outra estratégia política, outras opções, outros meios e outras pessoas que procuravam responder muitas vezes até, a maior proximidade intelectual, doutrinária, etc. -----

----- Com muita clareza, precisavam de apoio para os domínios da educação, da cultura, da segurança e à estratégia orçamental e financeira, porque técnico superior nos quadros da Junta de Freguesia, havia uma pessoa responsável por essa matéria. Na cultura, eram duas pessoas, que acumulavam também o apoio às coletividades, porque se herdou a organização do passado, que tinha as suas virtudes e nada era imutável. As duas pessoas faziam tudo e mais alguma coisa, mais uma vez, como se a cultura fosse algo que se pudesse usar como remendo ou como uma florzinha para se pôr no peito. -----

----- Entendeu-se que era necessário para desenvolver a estratégia, respeitar os compromissos e cumprir os objetivos que se propuseram perante os cidadãos, ter pessoas que os ajudassem e tivessem capacidade técnica para desenvolver esses projetos. -----

----- Sobre a Escola Gago Coutinho, havia a informação que a CML estava a tirar o amianto e que terminaria essa atividade no dia seguinte e voltaria à normalidade o



funcionamento da escola, sem esse problema do amianto, que não era só na Freguesia de Alvalade, afetava muitas escolas e em Lisboa ainda havia algumas. -----

----- Quanto ao Mercado de Alvalade, o quartel dos bombeiros, era um projeto que ia do mandato anterior e que achava bem, aconteciam alguns problemas de obras que não eram responsabilidade da Junta e nem tinha competência. Reuniu-se várias vezes, o chefe dos bombeiros podia confirmar isso, para perceber o que se passava e como se poderia resolver. Achava inaceitável que os bombeiros tivessem de ir almoçar à Alta de Lisboa e voltar porque não tinham condições e era só uma ligação do gás. Qualquer pessoa normal entenderia que isto não era uma situação aceitável. -----

----- Falou-se com a Câmara, que também tinha dificuldades, porque isto dependia de empresas públicas. A responsabilidade era da Câmara, mas por vezes havia demoras complicadas de algumas empresas responderem. Claro que custava aceitar esse problema, mas a única coisa que podiam fazer era pedir e insistir, não podiam fazer mais nada. -----

----- Quanto aos Coruchéus, tinha a ver com o acidente que ocorreu, o incêndio que destruiu o equipamento que lá estava. A empresa teria desistido e teve de ser feito outro processo de adjudicação, mas, entretanto, já estava um contentor. Eram vicissitudes que incomodavam as pessoas e não deviam acontecer, mas não podia ser a Junta, não tinha sequer capacidade de tirar aquilo tudo e recolher, não tinha camiões. Recorreu-se a uma empresa para fazer isso e no âmbito dos processos normais da contratação pública desistiu, teve de se retomar o processo todo. -----

----- Se fosse uma empresa privada contratavam quem queriam e era rápido. A gestão dos dinheiros públicos tinha de ser transparente e por vezes a burocracia, muito criticada, era necessária, precisamente para conferir transparência e fiscalização, e nesse sentido tinham alguns prazos maiores do que a maioria dos cidadãos gostaria. -----

----- Quanto ao processo da ABB, fizeram uma proposta que chegou no dia 30. Os serviços jurídicos estavam a analisar, para perceber se podiam assumir esse acordo e sanar o processo em concreto, mas chegou só no dia 30 a proposta dessa empresa. -----

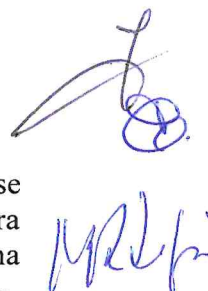
----- Sobre o Colégio Claparede, fez-se uma reunião com a direção na Junta de Freguesia. Já se conhecia o problema, era do domínio público. A direção já tinha reunido com o Ministério da Educação e pelos vistos deu frutos, mas na altura em que fizeram a reunião com a Junta não tinham ainda uma resposta concreta. O Governo aumentou subsídio, que já não seria atualizado desde 2008, agora foi, o Governo respondeu positivamente. -----

----- Seria um problema que deixariam de colocar, muito embora toda a gente estivesse preocupada com a situação. Era uma situação muito específica e que não tinha alternativa, no passado já se tentou ter alternativas e nunca se conseguiu. Era esse ponto de situação, foram informados e reuniram com a direção da escola. -----

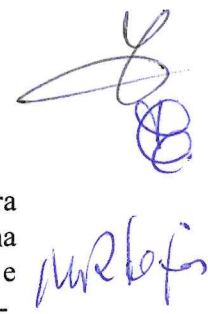
----- Tendo pedido a palavra, foi a mesma concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Vogal Ana Rita Costenla. -----

----- **A Senhora Secretária do Executivo** disse que relativamente ao projeto da biodiversidade as pessoas tinham de se sentar e planear, porque falar em fazer um projeto e depois o projeto aparecer, ambos conheciam bem a área e sabiam que isso não acontecia. Era uma questão de se combinar e falar sobre o assunto. -----

----- Em relação às escolas, estivera num congresso nos Estados Unidos e ao chegar tinha ido visitar as escolas. Por exemplo, na Escola São João de Brito caiu uma árvore e tiveram de a cortar, essa e mais duas, porque estavam em perigo de queda mesmo à saída das crianças. Apesar de se ter desviado a entrada e a saída, havia ali um perigo muito grande e teve de se fazer isso. Houve dano na cobertura de uma das salas e já foi reportado. -----



- A Escola de São Miguel teve o problema das quatro salas seguidas, fizeram-se obras e as aulas estavam a funcionar normalmente. O problema na generalidade da obra inteira, incluindo o recreio, não estava resolvido, porque aquilo era um problema estrutural, mas isso era outra conversa. -----
- Tendo pedido a palavra, foi a mesma concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Vogal Tomás Gonçalves. -----
- **Vogal do Executivo Tomás Gonçalves** disse que relativamente ao gelo no Mercado de Alvalade era uma situação que reconheciam e estavam a tentar corrigir. De momento não tinham outra alternativa, quando o mercado sofresse obras certamente que essa solução seria mitigada. Tinham de tirar o gelo da arca frigorífica, não havia outro local para o colocar. Sabiam que a situação não era a melhor, já se tentou arranjar alternativas e aquela era a que menos prejudicava o mercado. Não era a solução ideal, mas quando fizessem obras iriam certamente encontrar uma solução. -----
- Sobre as escolas e os problemas que foram existindo durante a intempérie, na Escola São João de Brito houve queda de um pinheiro que danificou a cobertura, que já foi reparada pela Câmara Municipal, a cantina também e foram reparadas outras deficiências encontradas na fachada em virtude dessa queda. -----
- A Câmara Municipal, em conjunto com o empreiteiro, também já foi trocar a porta da casa de função que cedeu com a intempérie. A Junta de Freguesia, naquilo que lhe competia a nível de manutenção, reforçou a impermeabilização da caleira central, ou adjudicou a obra para reforçar a impermeabilização. Essa empreitada estava adjudicada, sendo que estavam a aguardar que o tempo permitisse, para a realização dessa mesma empreitada. -----
- Também dizer que, não só nesses equipamentos escolares, mas em todos os equipamentos da Freguesia, no mês passado foi reforçada toda a limpeza das caleiras para evitar os entupimentos normais desta época do ano. -----
- Relativamente à Escola de São Miguel e do brinquedo e do parque infantil, nesse caso já foi reparado. A Escola de São Miguel tinha um problema grave com o empreiteiro. Não era culpa da Junta de Freguesia, era uma obra da Câmara Municipal. A obra nunca foi bem realizada. Havia um problema de comunicação entre a Câmara e um empreiteiro, que tinha dificuldades por vezes em cumprir aquilo que estava estipulado. O brinquedo já foi reparado pelo empreiteiro, posteriormente até a Junta de Freguesia, no âmbito das competências de manutenção, também fez uma outra intervenção por questões de desgaste, mas a percepção, que não passava de uma percepção do coordenador da escola, que o brinquedo que foi instalado não era um brinquedo novo, era em segunda mão. -----
- Sinalizou-se isso já várias vezes à Câmara Municipal, para que à luz das suas competências pudesse obrigar o empreiteiro a substituir o brinquedo lá existente. Manteve-se o brinquedo interdito em coordenação com o coordenador da escola, para ver se a Câmara Municipal, em conjunto com o empreiteiro, tomava medidas mais drásticas, que era a substituição do brinquedo, que não estava em condições de segurança para as crianças. -----
- A Vogal Ana Rita já frisou que o chão do Jardim de infância foi substituído por vinílico flutuante e teriam sido feitas também algumas intervenções no exterior pelo Município de Lisboa. A Junta também já pediu à divisão de saneamento da Câmara Municipal uma inspeção aos coletores e às caixas de esgoto, para garantir que nas próximas chuvadas a água escoava e não entrava para dentro das salas. -----
- Relativamente ao arvoredo, a Câmara Municipal, durante o ano de 2022, plantou 46 árvores em caldeira. A Junta também fez uma ação de plantação com a Navigator Company no parque hortícola Aquilino Ribeiro Machado, no total foram plantadas 100



novas árvores no território de Alvalade em 2022 e, dessas, 46 árvores em caldeira representaram 14 espécies plantadas na Freguesia. Já se identificaram mais 22 locais na Freguesia onde eram necessárias plantações, enviou-se para a Câmara Municipal e estavam a aguardar que realizasse esses trabalhos. -----

----- Tendo pedido a palavra, foi a mesma concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Senhor Tesoureiro da Junta. -----

----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo** disse que queria só reforçar algumas respostas que ali já foram transmitidas e outras mais de índole financeira, que gostaria só de precisar. -----

----- Em relação à questão colocada pelo Movimento, a página 49 e a orgânica 07, venda de bens e serviços correntes, a diferença entre o valor realizado e o valor previsto, entre 1 de janeiro de 2022 e 31 de outubro de 2022, devia-se a seguros relativos aos montantes devidos pela Junta de Freguesia de Alvalade, referente aos acidentes de trabalho. Portanto, estavam a falar de valores recebidos das seguradoras, nomeadamente a Generally, cerca de 7000 euros referentes ao quiosque. Dívidas que encontraram ao chegar e que conseguiram para já recuperar esses 7000 euros, assim como uma mudança de paradigma que tinham tentado fazer, que era de alguma forma e sem prejuízo das entidades que lhes pagavam taxas e licenças, tentar encontrar formas de obter mais receita. -----

----- Tinham conseguido no pavilhão municipal de Alvalade aumentar as receitas com mais alugueres em horas que não prejudicavam as entidades desportivas que estavam lá a trabalhar, assim como, desde que se promoveu uma adenda ao protocolo com o Centro Cultural e Recreativo dos Coruchéus, com a passagem do campo de jogos da Avenida dos Estados Unidos da América para a gestão da Junta de Freguesia de Alvalade e onde tinham vindo a alugar esse mesmo espaço aos fregueses que o procuravam para jogar à bola, para se divertirem, ou mesmo para algumas entidades, como por exemplo a Associação Lacrosse de Lisboa. -----

----- Tinha-se também conseguido aí obter alguma receita e os 26 mil euros de diferença referiam-se a essas quatro situações. -----

----- O incêndio nos Coruchéus aconteceu no final de setembro e desde logo tiveram a indicação de que durante um mês, sensivelmente, teriam de esperar para receber todos os autos das diferentes entidades. Portanto, logo ali, por obrigações legais e que tinham de respeitar, desde a proteção civil aos bombeiros, à polícia, à Polícia Judiciária, houve ali um mês em que tiveram de esperar pelos respetivos autos. -----

----- O que depois não correu bem e fez atrasar todo o processo, foi que se contratou uma empresa para fazer a remoção do entulho, dos destroços do incêndio, empresa que fez todo o processo até à altura em que devia ter iniciado os trabalhos e que desistiu nessa altura, o que obrigou a deixar cair o processo, a respeitar mais uns dias para respeitar todos os trâmites legais, iniciar novo processo de contratação de nova empresa que iniciou os seus os trabalhos de remoção nos últimos dias de 2022. Estavam a decorrer e tinham o prazo dado pela entidade, o objetivo e até a esperança que no final da próxima semana a remoção estivesse feita. Dependia um pouco de como iria ser feita a remoção da placa do edifício, que seria a parte mais difícil. -----

----- Tendo pedido a palavra, foi a mesma concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Membro José Ferreira. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que não ia intervir mais, mas como o Senhor Presidente da Junta adjetivou tanto a sua intervenção, até em termos que considerava roçar a ofensa, devia dizer que o orçamento da orgânica da cultura estava, depois da alteração, exatamente igual. A situação anterior era que, se a Junta de Freguesia pretendesse apoiar a ADECAM, por exemplo, que era uma associação cultural já do



tempo do Campo Grande, ou o Lisboa Cantat, outra associação que estava ali e que levaram no primeiro mandato, tinha lá 500 euros para apoiar. Agora tinha 83.150. -----
----- Portanto, quando se dizia que “*temos uma sanha para a cultura...*”. Não! Se o Senhor Presidente quisesse apoiar essas e outras associações de âmbito cultural, teria lá 500 euros. -----

----- “*Transferências correntes – rubrica 04.07.01.99 – Provisão inicial 500 euros; Alterações orçamentais – inscrição, reforços – 82.850 euros. Fica, provisão corrigida, 83.150 euros*” -----

----- Se quisesse apoiar coletividades culturais, por exemplo, tinha lá 500 euros, era o que lá estava. Se calhar o Senhor Tesoureiro tinha de lhe explicar como se lia o Orçamento, mas era o que lá estava e agora seriam 83.850 euros. Portanto, para prosseguir a política cultural da Junta, as coletividades culturais e também sociais, etc., tinha lá um montante que o podia fazer. -----

----- De igual forma na educação, desporto e juventude, que tiveram reforços nas transferências correntes para associações desse âmbito e também nos direitos sociais, teve um reforço de 25.000 euros... o Senhor Presidente estava a dizer que não, mas era o que lá estava, nos documentos da Junta. -----

----- Como as receitas tinham de ser iguais às despesas, era uma regra orçamental, como a Junta não aumentou as receitas, era evidente que o valor das despesas era exatamente igual ao inicial, mas foram direcionados recursos, no caso 150.000 euros, que agora estavam disponíveis para que a Junta de Freguesia pudesse atribuir a instituições, fossem da cultura, coletividades em geral de âmbito social. As coletividades tinham dimensões que podiam ser especializadas no sentido do desporto ou de outra qualquer, mas depois também tinham necessidades no âmbito da coletividade em abstrato. -----

----- Estava reforçada na orgânica dos direitos sociais a verba das transferências correntes, bem como da educação e desporto. Agadecia a flexibilidade que houve, também compreendia depois, com a votação, porque ocorria essa flexibilidade, estavam disponíveis mais 150.000 euros nas transferências correntes para a cultura... o Senhor Presidente estava a dizer que não e estava-lhe a dizer que no documento que a Junta publicou e que aprovou estava. -----

----- O aparte era regimental e concordava com ele, mas o Senhor Presidente mandava um aparte e respondia-lhe. Estavam lá 500 euros e agora estavam mais de 80 mil euros. Podia fazer a política cultural que o Senhor Presidente queria. -----

----- Tendo pedido a palavra, foi a mesma concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Membro Teresa Ferreira. -----

----- **Membro Teresa Ferreira (MMA)** disse que quase todos os pontos foram respondidos e agradecia a explicação. No entanto, voltava a questionar o ponto de situação dos pontos apresentados sobre a mobilidade na reunião do dia 11 de novembro, se efetivamente foram falados e qual o ponto de situação da passadeira, das medidas redutoras de velocidade, entre outros. -----

----- Perguntou quem era a entidade responsável pela distribuição na Freguesia, porque tinha como lema de vida “*uma oportunidade de melhoria*” e se a distribuição não estava a ser 100% realizada teriam de verificar onde estava o erro e melhorar, uma vez que insistiam em continuar com os 17 mil exemplares, coisa que achava demasiado para o objetivo final. -----

----- No âmbito do processo referente aos serviços de estudo sobre a segurança, o Senhor Presidente referiu que esses estudos que as autarquias realizavam, enumeravam a legislação, bem como todos os outros fatores que eram preponderantes nessa temática. Pois bem, voltava a reforçar que estavam ao nível de uma Freguesia e isso fazia sentido ao nível camarário. Mais uma vez reiterava o pedido da cópia desse estudo. -----



----- No que dizia respeito ao processo referente à aquisição de serviços de apoio aos Membros do Executivo, confessava que após a explicação do Senhor Presidente tinha ficado na mesma. Eram estratégias políticas, assumia e entendia, podia não concordar, mas encaixava e concluía que eram 78.000 euros adjudicados a estratégias políticas. ----

----- Tendo pedido a palavra, foi a mesma concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Membro Sérgio Oliveira. -----

----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** disse que acharam a resposta um pouco vaga sobre o estudo da segurança. Falou-se no sentimento de insegurança, normalmente usava-se e era um chavão para empolar problemas de segurança. Em Alvalade os números não suportavam que era uma Freguesia perigosa, a PSP considerava Alvalade uma Freguesia segura e então usava-se o sentimento de insegurança para empolar esses problemas.-----

----- Claro que Alvalade tinha problemas de segurança, fazia parte de uma cidade grande e esses problemas tinham de ser melhorados, mas este tipo de postura e de atitude corria o risco de manipular alguma população mais idosa e mais vulnerável, que tinha receio e, por vezes, um caso era ampliado dez ou cem vezes, tornando-se uma coisa maior do que na realidade era. -----

----- Os números que havia, e a própria informação da PSP, era que isso na verdade não acontecia. Questionava o facto de se gastarem quase 20 mil euros a fazer esse estudo, continuavam sem entender.-----

----- Sobre o Orçamento, na verdade esse ponto era da sessão anterior, mas foi levado ali e queria deixar um comentário rápido. Os 150 mil euros adicionais para as coletividades foram criados à custa de uma redução de outras despesas no mesmo ponto, de cultura e coletividades. Por exemplo, menos valor na alimentação. Havia rubricas do mesmo ponto que iriam sofrer cortes? -----

----- O grande aumento nas despesas de comunicação continuava a manter-se. Era evidente que a comunicação seria importante, mas estavam a falar de recursos escassos. A Junta não era rica e quando se reforçou, e muito, a área da comunicação, deixavam outras mais coxas. Com isso não concordavam.-----

----- Além disso, a forma como foi apresentado um documento que, naquele dia, já não valia, porque havia uma garantia do documento ser alterado, isso não parecia a maneira como as coisas deviam ser feitas.-----

----- Houve reuniões do direito da oposição, houve eventualmente comentários, propostas, etc., pediu-se nesta Assembleia que a proposta do Executivo pudesse ser retificada, mas em vez disso parecia que houve uma negociação de última hora e por isso apareceu este tipo de proposta. -----

----- Não era bom estar a confrontar os Membros da Assembleia com ter de votar um documento que não seria assim, caducava logo no próprio dia e não parecia que fosse a maneira certa. Esperava que no futuro isso não acontecesse. -----

----- A única parte positiva era que o Executivo já sabia ser minoritário e que tinha de negociar.-----

----- Tendo pedido a palavra, foi a mesma concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que, quanto às questões de mobilidade, reuniram com a diretora municipal para essas matérias, mas o Vogal Tomás Gonçalves teria informações mais precisas sobre o assunto.-----

----- Sobre a revista, a empresa que estava a prestar o serviço na distribuição era a mesma que já estava antes ao serviço da Junta e não tiveram nenhuma necessidade de alterar. Aceitavam as críticas e iriam ver o que podiam fazer melhor. A letra foi

criticada porque era muito pequena para as pessoas com maior dificuldade de leitura, nomeadamente os mais idosos, já se alterou. -----

----- Quanto ao estudo de segurança, seria entregue na Assembleia de Freguesia com o currículo acrescentado. O principal objetivo era assegurar que os compromissos estabelecidos com os cidadãos iam ser cumpridos e havia matérias que precisavam de um estudo e análise que o pessoal da Junta não era especializado, nem tinha de ser. -----

----- No caso da comunicação, a reestruturação do site e toda a informação prestada requeria a intervenção de um programador, coisa que a Junta não tinha. Aliás, não viviam numa ilha isolada e era comparado com outras Freguesias que faziam um trabalho muito meritório, independentemente dos partidos e nomeadamente a Freguesia de Benfica era um exemplo. -----

----- Sempre tinha dito e repetia, estavam sempre disponíveis para aprender com os outros e era isso que iam fazer sempre, porque a humildade não era nenhum favor que faziam e aprender com os outros para prestar melhor serviço à população era uma obrigação, -----

----- Em relação às questões colocadas mais uma vez pelo Membro José Ferreira, garantia-lhe e provava à opinião pública e aos cidadãos todos que a ADECAM, o Lisboa Cantat e todas as associações estavam lá já previstas. Transferências correntes não diziam nada ao cidadão, mas se fosse às entidades da cultura uma verba X, às entidades da educação uma verba X, ou às do desporto, era muito mais fácil e mais correto, ou então teriam de dizer ao Senhor António Costa que criasse um Orçamento de Estado "*cultura e coletividades*" e esquecesse o Ministério da Cultura, porque não era preciso para nada. -----

----- Não era assim que iriam atuar, receberam as críticas todas e aceitaram, porque não havia alteração nenhuma, era uma questão de formalismo. Percebeu-se que era uma espécie de propaganda política, fazia parte do jogo democrático e aceitaram, não estavam ali para fazer propaganda e sim para fazer coisas em concreto. -----

----- Essa questão seria mais bem explicada pelo Senhor Tesoureiro, que trabalhou o Orçamento, rubrica a rubrica, e que poderia responder com maior assertividade a essas questões. -----

----- Tendo pedido a palavra, foi a mesma concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Senhor Vogal Tomás Gonçalves. -----

----- **Vogal do Executivo Tomás Gonçalves** disse que tiveram mais uma reunião, agora com a diretora municipal da mobilidade, houve mais duas com a anterior e pouco ou nada foi resolvido. Esperava que com a nova diretora municipal as coisas avançassem. -

----- Já tinham uma boa novidade, a informação e o pedido de opinião da Junta de Freguesia chegou sobre o estacionamento, a petição dos fregueses nas transversais da Avenida da Igreja. Estacionamento rotativo, para moradores, das dezanove às nove da manhã e das nove da manhã às dezanove, para o público em geral. Essa alteração, em princípio, iria ser realizada. Já chegou a informação técnica da direção municipal de mobilidade, com parecer positivo, mas pediu opinião à Junta de Freguesia e deram também o parecer favorável. Em breve seria implementado. -----

----- Relativamente às medidas de acalmia de tráfego, estava no programa, já estava no plano de atividades anterior, seria uma preocupação transversal a todos os partidos com assento na Assembleia. O projeto da Avenida Dom Rodrigo da Cunha, depois dessa reunião, foi enviado pela Câmara e estava numa das propostas para contrato de delegação de competências de mandato, para que a Junta pudesse implementar com o financiamento da CML, porque a Junta não tinha verbas para realizar uma obra dessa envergadura. -----



----- Sinalizou-se a proposta relativamente à passadeira em frente ao mercado, mas parecia difícil que a direção municipal de mobilidade pudesse aprovar, pois existiam duas passadeiras bastante próximo dessa via. Era um tema técnico que não tinham competência para avaliar. -----

----- Em relação à Escola Eugénio dos Santos, as escolas eram um tema prioritário da DMM, já era com a anterior diretora municipal. Havia vários projetos a serem desenvolvidos pelos técnicos da Câmara, que a seu tempo fariam chegar à Junta de Freguesia, nomeadamente da Eugénio dos Santos, um tema levantado na reunião pública da Câmara e que a diretora municipal Ana Raimundo tomou nota. Estavam os técnicos a avaliar para ver se essa alteração era possível. -----

----- Relativamente aos outros pontos que já tinham sido abordados com a direção municipal de mobilidade, estavam nas anteriores informações escritas. Da última reunião, a parte mais importante estava vertida na informação escrita que era pública e que tiveram acesso. -----

----- O Senhor **Presidente da Assembleia** constatou não haver mais pedidos de palavra, pelo que deu este Ponto por encerrado, passando-se ao Ponto seguinte. -----

----- **Ponto 3 – Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração do Regulamento da Orgânica da Junta de Freguesia de Alvalade;** -----

----- Tendo pedido a palavra, foi a mesma concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- O **Senhor Presidente da Junta** disse que esta proposta resultava do facto de a orgânica em vigor datar de 2014 e, como era natural nas organizações do Estado..., aliás, bastava ver que, recentemente, Governo alterou a sua orgânica e não fez mal se entendeu que a sua estratégia dependia dessa nova reorganização, tinha todo o direito de o fazer. -----

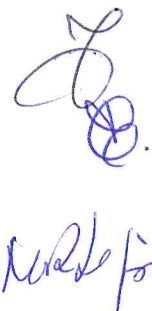
----- A crescente necessidade que as Juntas de Freguesia iam ganhando, de resposta em vários domínios, desde logo pela transferência de maiores competências da administração central para a administração local, mas já no imediato, algumas matérias impunham a criação de serviços mais vocacionados e focados em respostas concretas aos cidadãos. -----

----- Comparou-se várias Juntas de Freguesia a ver se havia um modelo estabilizado. Havia algumas diferenças, umas funcionavam melhor do que outras e até se procurou assumir uma atitude que não tinha a ver com os partidos que geriam as Juntas, porque essas coisas podiam mudar e os regulamentos não eram realidades estáticas. Por exemplo o caso de Benfica, que era uma Freguesia com uma dinâmica muito semelhante, com muita população e muito comércio, tinha três unidades orgânicas, seis sub-unidades, etc. Tinha uma divisão de administração geral, recursos humanos e formação, uma divisão de planeamento e gestão financeira e uma divisão de manutenção de espaço público, património e apoio logístico. -----

----- Outras Freguesias, a Estrela, Olivais, Lumiar, todas elas tinham algumas necessidades e uma organização diferente. -----

----- No caso concreto estavam a ser confrontados com o acréscimo de competências, designadamente novos projetos de resposta aos cidadãos e programas que até resultavam de iniciativas do Governo, por exemplo no domínio da segurança social, mais apoios no que se referia à atribuição de reformas e pensões, e que as Juntas de Freguesia teriam de começar a dar respostas nessa matéria. Outros programas novos foram criados, como apoios aos mais vulneráveis e mais idosos. -----

----- Uma questão mais dependente das Freguesias, que umas tinham e outras não, mas iriam também assumir esse compromisso, desenvolver mais atividades nos domínios da saúde. Portanto, havia um conjunto de respostas que pareciam precisar de uma unidade



direcionada especificamente para apoiar os cidadãos e dar respostas rápidas, eficazes, que conseguissem de uma forma permanente responder a questões permanentes, que se colocavam e que fizessem uma articulação interna entre a comunicação, os serviços de higiene urbana, o espaço público, estacionamento, etc. -----

----- A única alteração que se devia destacar era a criação dessa sub-unidade, um gabinete de apoio ao cidadão. De resto não havia mais nenhuma divisão. Os órgãos executivos deviam ter o direito de se organizar como entendiam ser a forma mais correta. Aliás, nas Freguesias devia acontecer como no Governo, que era o único que tinha competência para estabelecer a orgânica do Governo, não era a Assembleia da República. Não sabia porque nas autarquias não tinham essa competência, mas a Lei estava assim. Era como nas empresas, que se deviam saber organizar e não estar a pedir autorização a uma opinião pública ou outra coisa qualquer. Depois eram julgadas e avaliadas pela capacidade que demonstravam na maneira de se organizarem e de dar resposta aos cidadãos. -----

----- Quem acompanhou mais diretamente essa matéria foi o Senhor Tesoureiro. Se houvesse perguntas que mereciam detalhe na explicação pedia que as respostas pudessem ser dadas por ele. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que essa proposta continha um lapso e pedia à Junta de Freguesia que corrigisse para ser posta à votação. Não era um regulamento de orgânica do órgão Junta de Freguesia de Alvalade, era o regulamento de orgânica da administração autárquica Freguesia de Alvalade. Pensava não haver nenhum problema nisso, era uma questão formal, era assim que o citado Decreto-Lei referia. Não era o órgão que tinha serviços, era a pessoa coletiva que tinha órgãos e serviços. -----

----- Tendo pedido a palavra, foi a mesma concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Membro José Ferreira. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** agradeceu essa chamada de atenção muito necessária, uma vez que o Senhor Presidente da Junta confundiu a orgânica do Governo com os serviços do Estado, que era o equivalente a essa orgânica. Os serviços do Estado eram organizados de outra forma, a orgânica do Governo era outra coisa, seria o equivalente ali aos pelouros distribuídos pelos vários Vogais. Aí sim, o Senhor Presidente tinha toda a liberdade para delegar aquilo que entendesse, foi assim que fez e concordavam com isso. -----

----- O regulamento, como até já foi reconhecido, tinha pequenas alterações e a principal era a passagem do atendimento ao público, que estava na divisão administrativa, era criada uma sub-unidade a depender do Presidente da Junta, era uma opção de gestão de uma competência que já existia na Junta de Freguesia. -----

----- Isso ia à Assembleia de Freguesia porque estava a ser pedida a criação de duas unidades orgânicas flexíveis e um número máximo de duas sub-unidades orgânicas, ou então seria um regulamento interno e estava na competência do Executivo, não tinha de vir à Assembleia. -----

----- O PS iria abster-se, em particular porque não era dito na proposta qual o impacto financeiro estimado da criação das duas unidades orgânicas flexíveis e no máximo duas sub-unidades orgânicas. -----

----- O Senhor Presidente da Junta dizia várias vezes que as Juntas de Freguesia de Lisboa eram complexas e concordava, mas apresentava mapas de pessoal, conforme já foi várias vezes dito, que eram ao abrigo de uma legislação que dizia ser para autarquias muito simples, mas ali dizia que era complexo. Na verdade, como já se criticou várias vezes sobre o mapa de pessoal e era reconhecido pelo Executivo, a Freguesia de Alvalade era uma autarquia complexa, tinha um conjunto de serviços necessários,



poderia ser organizada da forma que entendessem, cada um teria o seu estilo e os seus objetivos e depois o povo iria decidir o que fosse melhor, mas era uma organização complexa e várias vezes era posto um mapa de pessoal para organizações pouco complexas. -----

----- Chamava novamente a atenção desse assunto, que tinham ali falado várias vezes, até para tentar melhorar. De todo o modo, em face da insuficiência de informação na proposta, nomeadamente qual o custo ou impacto financeiro estimado, o PS iria abster-se. -----

----- Tendo pedido a palavra, foi a mesma concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Senhor Tesoureiro da Junta. -----

----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo** disse que em relação à proposta de alteração do Senhor Presidente da Assembleia, iriam efetuar essa correção, não seria uma dificuldade. -----

----- Fazendo uma fotografia mais precisa do que estavam a apresentar, efetivamente o atendimento era uma unidade que tinha um coordenador e quatro elementos e estava na divisão administrativa da Junta de Freguesia de Alvalade. A proposta era que essa equipa de quatro trabalhadores, que faziam o atendimento em locais distintos da Freguesia, passasse para a responsabilidade do Presidente da Junta, saindo da divisão administrativa e deixando de reportar à respetiva chefe de divisão e mantendo um coordenador. -----

----- Em termos de impactos orçamentais não existia nenhuma alteração. Tinham três pessoas a fazer o serviço de atendimento, porque o quarto posto do mapa de pessoal estava em aberto. A coordenação era já feita por alguém que tinha esse papel, ficava absolutamente igual, não existia uma alteração, mantinha-se um coordenador e a única diferença era que deixava de reportar à chefe da divisão administrativa e passava a reportar ao Presidente da Junta. -----

----- Em termos de impacto orçamental, em termos de impacto no mapa de pessoal, ele não existia. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** agradeceu que tivesse sido aceite a sua sugestão. -----

----- Uma última advertência que entendia ser relevante, que aliás o Membro José Ferreira ali referiu e bem, era que tinham uma competência muito limitada relativamente a esta matéria. Como dizia a Lei, aprovavam coisas genéricas: -----

----- *“Compete à Assembleia de Freguesia, sob proposta da Junta, aprovar um modelo de estrutura orgânica, definir o número máximo de unidades orgânicas flexíveis e definir o número máximo total de sub-unidades orgânicas.”* -----

----- Tudo o resto era competência da Junta de Freguesia. Por isso, não precisavam de estar a aprovar aquilo que lhes era apresentado, mas tendo sido presente, ali estavam para o fazer. -----

----- Ficava, porém, claro para todos, que não impedia que por ter sido aprovado na Assembleia de Freguesia, como já aconteceu no passado, que se depois a Junta quisesse fazer alterações que não implicavam com as competências da Assembleia de Freguesia, pudesse fazê-lo, na sua liberdade e ao abrigo da sua competência própria definida por Lei. -----

----- Submeteu à votação a **Proposta de alteração do Regulamento da Orgânica da Junta de Freguesia de Alvalade**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor (PSD, CDS-PP, IL, MMA e Chega) e 9 abstenções (PS, CDU e BE) -----



----- **Ponto 4 – Apreciação, discussão e votação da proposta de celebração de protocolo entre a Freguesia de Alvalade e a União de Associações do Comércio e Serviços da Região de Lisboa (UACS);** -----

----- Tendo pedido a palavra, foi a mesma concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a proposta era clara, visava estabelecer uma relação mais regular e permanente, mais profícua, com a Associação dos Comerciantes de Lisboa, no sentido de promover e apoiar as atividades das empresas sediadas em Alvalade. Apresentava-se anexado um conjunto de serviços e de apoios a essas atividades com valores muito vantajosos para os associados e um conjunto de serviços que essa associação podia prestar aos comerciantes, aos seus associados, designadamente o apoio jurídico, apoio à formação, medicina no trabalho, etc. -----

----- Parecia-lhe que os Membros da Assembleia estariam inteirados, era claro o protocolo e a proposta. A iniciativa partiu da própria União, fez essa proposta que a Junta aceitou. O projeto foi acompanhado pelo Vogal Tomás Gonçalves e se houvesse dúvidas mais específicas ele responderia. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que, apoio jurídico, esperava que fosse prestado por um advogado, ou a nova Bastonária que tomava posse no dia 9 e teria de verificar isso. -----

----- Tendo pedido a palavra, foi a mesma concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Membro José Ferreira. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que, em tese, não iriam votar contra este protocolo, votariam favoravelmente, mas havia aquilo que tinha apontado e que até ia pedir ajuda ao Senhor Presidente da Assembleia, uma vez que era um eminente jurista e Presidente da Associação das Sociedades de Advogados. Uma associação prestar serviços jurídicos com uma tabela de preços, não sabia se não estariam aí em procuradoria ilícita. -----

----- Deviam pensar bem o que estavam ali a fazer, autorizavam a Junta de Freguesia a estabelecer um protocolo que iria prestar apoio judicial, coima de 50 euros até nove trabalhadores. -----

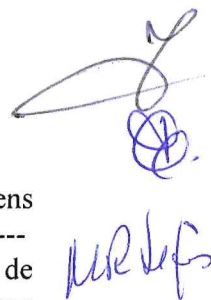
----- Nunca tinha estado numa sociedade de advogados, estivera em várias empresas com clientes advogados e o que sempre disseram era que não havia tabela de preços para serviços de advogados e, por estranho que pudesse parecer, normalmente os serviços jurídicos de advogados costumavam ser prestados por advogados em prática individual, que existiam muitos, ou por aqueles que estavam estabelecidos em sociedades de advogados. -----

----- Não tinha bem a certeza se isso não era procuradoria ilícita e se não teriam uma proposta a prever esse tipo de serviços em que a Junta de Freguesia participava. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia, até nas suas funções privadas de ilustre e eminente advogado, se os pudesse ajudar agradecia, uma vez que parecia haver ali qualquer coisa. -----

----- Isto também tinha boa solução, a Junta retirava esse anexo e depois apresentava novamente. Não os movia mais nada que não fosse de facto a Junta de Freguesia de Alvalade não ir ali propor um instrumento de procuradoria ilícita e de trabalho de advogado ou sociedade de advogados que devia ser prestado por esse tipo de sociedades profissionais e não por uma associação. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que a questão a si se colocou como curiosidade. Não lhe passava pela cabeça que esses serviços, todos eles, não fossem prestados por profissionais devidamente certificados Não eram apenas os juristas, mas por exemplo a medicina no trabalho, contabilistas certificados, etc. Todos os outros



teriam de ser devidamente prestados por profissionais certificados pelas ordens profissionais, enquanto elas existissem. -----

----- A Assembleia da República decidiu recentemente não aprovar uma proposta de extinção das ordens profissionais. Mantinham-se e, como tal, todos esses serviços tinham de ser prestados por profissionais inscritos, com os preços que quisessem prestar, o mercado era livre e haveria com certeza preços mais baratos e mais caros no mercado do que aqueles ali previstos. O consumidor escolheria aquele que considerasse melhor. -----

----- Tendo pedido a palavra, foi a mesma concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a UACS era uma instituição existente já com décadas, que funcionava e que tinha esse tipo de prestação de serviços nessas áreas. Se lessem com atenção, eram todas direcionadas para as atividades dos comerciantes, o registo das empresas, o reconhecimento da pessoa singular, autenticação de fotocópias. Não era um apoio jurídico genérico que os advogados prestavam. Naturalmente que havia atos que só podiam ser praticados por advogados e atos que só podiam ser praticados por médicos, isso estava fora de questão. -----

----- Era uma oferta aos associados, não à população em geral, tinham que ser empresas na área do comércio e serviços, mas o Senhor Presidente tinha toda a razão, havia ali atos que só podiam ser praticados por advogados e a UACS contrataria advogados, como contrataria médicos, formação profissional, etc. -----

----- A associação permitia uma economia de escala e essa iniciativa não era para a Junta de Freguesia de Alvalade, era uma atividade que eles já tinham. Propuseram que a Freguesia de Alvalade tivesse esse protocolo, para beneficiar ou pelo menos motivar a participação mais positiva dos comerciantes em Alvalade. Nem era dirigido à Junta propriamente dito, porque a Junta não era comerciante, era uma colaboração que podia ser celebrada para beneficiar os comerciantes e as empresas de Alvalade. Foi nesse contexto que aceitaram a proposta. -----

----- Isto já existia noutras Freguesias e funcionava, por isso acharam que era positivo para os comerciantes de Alvalade. -----

----- Tendo pedido a palavra, foi a mesma concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Membro Sérgio Oliveira. -----

----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** disse que também tinham pensado votar favoravelmente, mas com essa argumentação ficavam com dúvidas. Solicitou se poderiam interromper os trabalhos durante dois minutos. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** concedeu essa interrupção por dois minutos.

----- Retomada a reunião, disse que a Freguesia confiava no cumprimento da Lei por todos e, se alguém não cumprisse, seria esse não cumpridor o responsável. -----

----- Submeteu à votação a **Proposta de celebração de protocolo entre a Freguesia de Alvalade e a União de Associações do Comércio e Serviços da Região de Lisboa (UACS)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 8 votos a favor (2PSD, CDS-PP, IL, MMA e Chega), 6 votos contra (PS) e 5 abstenções (2PSD, CDU e BE) -----

----- Tendo pedido a palavra, foi a mesma concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Membro José Ferreira. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- *“O Partido Socialista votou contra porque entende que isto pode configurar procuradoria ilícita. Não há a certeza disso, aliás houve dissidência na votação de um advogado presente que é Membro desta Assembleia, absteve-se.* -----

----- Não percebemos qual foi o sentido de voto do outro advogado, ainda por cima ilustre advogado, nosso Presidente da Assembleia de Freguesia e eminente jurisconsulto em certos aspetos do nosso direito administrativo. Gostava muito de saber qual era o seu sentido de voto, mas aguardaremos pela ata em minuta. -----

----- Quer dizer que a apreciação do PS afinal tem algum sentido, uma vez que até houve aqui profissionais do setor que tiveram uma posição diferente. -----

----- Tendo pedido a palavra, foi a mesma concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Membro Miguel Henriques. -----

----- **Membro Miguel Henriques (PSD)** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- “Abstive-me na qualidade de advogado. Não tenho a certeza se efetivamente não está em causa a prática de atos que consubstanciariam a procuradoria ilícita. -----

----- Acho que efetivamente uma associação como a União das Associações de Comerciantes não iria confiar este tipo de funções a alguém que não fosse advogado. --

----- Do meu ponto de vista não tem a ver com saber especificamente quem está a fazer aquele tipo de trabalhos, se é ou não a um advogado, isso sim é importante, mas não só. Aquilo que mais me causa aqui alguma estranheza é efetivamente existir um tabelamento de honorários e esse tabelamento ser feito pela associação e não por um advogado. -----

----- Nós sabemos que os pagamentos, ou é aquilo que se subentende da tabela de preços, os pagamentos são feitos à associação e nós não sabemos se esse trabalho feito por advogados é feito pro bono, não sabemos se a totalidade daquele montante pago é entregue ao advogado ou se existe uma parte que é para a associação. -----

----- Foi isso que me causou alguma estranheza e a título pessoal e profissional, enquanto advogado e também porque efetivamente a Ordem dos Advogados nos últimos anos tem tido mais atenção neste tipo de assuntos, não só a título de salvaguarda da classe profissional, mas também para evitar problemas junto da minha Ordem, que é muito célere em avançar com processos contra advogados, optei pela abstenção.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que eram tão corporativistas, ninguém se lembrava dos médicos, dos contabilistas certificados. Todos eles também tinham de o ser. O que se podia criticar ali era a tabela de preços. Nunca faria esses serviços por esse preço, mas por isso havia mercado livre a funcionar.-----

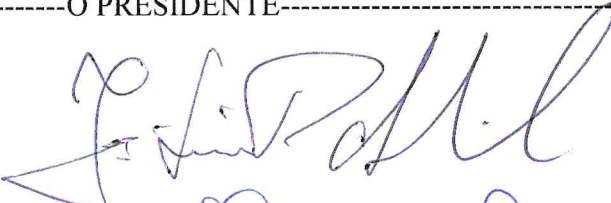
----- Submeteu à votação a **Ata em minuta referente à presente reunião**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Deu por encerrada a reunião. Eram vinte e três horas e vinte minutos. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO _____ 2º.SECRETÁRIO _____ -

-----O PRESIDENTE-----


Pouso
Man Reps Lepoi